

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº. 280/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA PARAÍBA, MEDIANTE A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEE/PB) E O CONSELHO ESCOLAR DA(O) EEEFM DURVAL GUEDES COM O INTUITO DE SUPLEMENTAR O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E A LEI 11.947/09 E DECRETO ESTADUAL 33.884/2013 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

O ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEE/PB), situada na Avenida João da Mata, S/N, Bloco I, 6º andar, Centro Administrativo do Estado, Jaguaribe, João Pessoa – PB, CNPJ nº. 08.778.250/0001-69, representado por seu Secretário, o Sr. ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS, brasileiro, casado, portador de RG nº 114.636-8 SSP/PB, inscrito no CPF nº 601.796.274-49, residente e domiciliado no Município de João Pessoa – PB, doravante denominado de **CONCEDENTE** e o **CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM DURVAL GUEDES** com sede administrativa na Vila CEHAP, no município de PITÍMBU, inscrito no CNPJ sob o nº 01.651.472/0001-77, neste ato representado por seu Presidente, Lidianne de Lima Barbosa, portador do RG 2.333.153 SSP/PB, inscrito sob o CPF de nº 041.564.654-54, residente e domiciliado à Rua Durval Guedes, 46 - Centro - Pitimbu/PB, doravante denominado **CONVENENTE**, resolvem firmar o presente **CONVÊNIO**, através do presente processo administrativo de nº 0011639-2/2016, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Convênio tem por objetivo estabelecer um regime de mútua cooperação, visando à suplementação do fornecimento de alimentação escolar na EEEFM DURVAL GUEDES, em decorrência do Programa Escola EPT, em Tempo Integral, conforme previsto no Plano de Trabalho em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 - Para cumprimento do objeto do presente Convênio, a CONVENENTE, EEEFM DURVAL GUEDES, utilizará a importância total de **R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos Reais)**, com recursos provenientes da Dotação Orçamentária cuja Classificação Funcional Programática é a seguinte 02085 22101.12.361.5006.2758.0000.0000287.33503000.11200 – (R.O. 00665), no valor de **R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos Reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

3.1 - O Cronograma de Desembolso da importância referida na Cláusula anterior ocorrerá com o desembolso do valor total descrito na Cláusula em parcelas contadas a partir da data de publicação do presente à dezembro do corrente ano.



CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - CONVENIENTES se obriga a aplicar os recursos definidos na Cláusula Segunda obrigatoriamente no objeto do presente Convênio e em consonância com o estabelecido no Plano de Trabalho, que faz parte integrante do presente Convênio.

4.2 - A CONVENIENTE se obriga a aplicar os recursos definidos neste Ajuste da forma a seguir:

I - Depositar os recursos em conta específica, admitindo-se saques para pagamentos estabelecido no plano de trabalho através de cheque nominal, ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

II - Os recursos transferidos enquanto não empregados na sua finalidade serão obrigatoriamente aplicados;

a) Em Caderneta de Poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

b) Em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - A CONVENIENTE compete:

I – Fornecimento de Alimentação Escolar para os alunos do "PROGRAMA EPT" que assistem aula na sede da(o) **EEEFM DURVAL GUEDES**;

II – Observar, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo inadmissível o fracionamento de despesa para fugir ao procedimento administrativo da licitação;

III – Depositar os recursos em conta específica, contendo o número do Convênio e os nomes das partes convenientes, aplicando-os, enquanto não utilizados, das seguintes formas:

a) Obrigatoriamente, em Caderneta de Poupança de instituição financeira oficial ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

b) Operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;

IV – Aplicar, exclusivamente no objeto deste Convênio, os rendimentos financeiros auferidos das aplicações descritas no item anterior, fazendo parte da prestação de contas do ajuste em demonstrativo específico;



V – Efetuar pagamentos acima de R\$ 50,00 (cinquenta reais) somente por meio de cheque nominal;

VI – Proceder à comprovação da despesa mediante apresentação de recibo de quitação e da documentação, quando for o caso;

5.2 - A CONCEDENTE compete:

I – Repassar os recursos para a suplementação no fornecimento da alimentação escolar destinada a atender aos alunos do "PROGRAMA EPT" em Tempo Integral que estudam na EEEFM DURVAL GUEDES no município de PITIMBU;

II - Transferir os recursos definidos de acordo com a Cláusula Segunda;

III – A prerrogativa de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução bem como assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do objeto do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

6.1 - É expressamente vedado (a):

I – A realização de despesas com gratificações, consultorias, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;

II – O aditamento de alteração do objeto ou das metas;

III – A realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – A atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

V – A realização de despesas com taxas bancárias, com multa, juros ou correção monetária, referente a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

VI – Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social e que não constem nomes símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal ou autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - Fica o CONVENIENTE obrigado a prestar contas da correta aplicação dos recursos à gerência de Planejamento, Orçamento e Finanças (GPOF) da CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, após o encerramento da vigência deste Convênio, instituindo-a com os seguintes documentos:

I – Plano de Trabalho – Anexo I;



II – Cópia do Termo de Convênio ou Termo Simplificado de Convênio, com a indicação da data de sua publicação – Anexo II;

III – Relatório de Execução Físico-Financeira – Anexo III

IV – Demonstrativo de Execução da receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando o caso, e os saldos – Anexo IV;

V – Relação de pagamentos – Anexo V

VI – Relação dos produtos adquiridos com os recursos financeiros repassado pelo Governo do Estado – Anexo VI;

VII – Extrato da conta bancária específica do período do recebimento de cada uma das parcelas repassadas e a conciliação bancária, quando for o caso;

VIII – Comprovante de recolhimento do saldo de recursos a conta corrente indicada pelo CONCEDENTE ou DAR quando recolhido ao tesouro Estadual;

IX – Cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o CONVENIENTE, pertencer à Administração Pública;

7.2 - A ausência de prestação de contas parcelas ou final importará na inadimplência do CONVENIENTE com a consequente inclusão do nome no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

CLÁUSULA OITAVA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

8.1 - Será instaurada a competente Tomada de Contas Especial, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, pelos órgãos encarregados da contabilidade analítica do CONCEDENTE, por solicitação do respectivo ordenador de despesas, por determinação do Controle Interno ou pelo TCE/PB, quando:

I – Não for apresentada a prestação de contas no prazo de até 30 (trinta) dias concedidos em notificação pelo CONCEDENTE;

II – Não for aprovada a prestação de contas, apesar de eventuais justificativas apresentadas pelos CONVENIENTES, em decorrência de:

a) Não execução total do objeto pactuado;

b) Atingimento parcial dos objetivos avençados;

c) Desvio de finalidade;

d) Impugnação de despesas;

e) Não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado.

III – Ocorrer qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 - O presente Convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016, como prazo para execução e até 30 (trinta) dias contados da data do término da vigência, para apresentação da prestação de contas final.

9.2 - O presente Instrumento poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado e manifestado o interesse público, mediante a celebração de Termo Aditivo.

9.3 - A CONCEDENTE prorrogará de ofício, a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1 - A CONCEDENTE fará obrigatoriamente, a publicação do resumo deste termo no Diário Oficial do Estado até o 5º. Dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias daquela data, em cumprimento à Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

11.1 - Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio de Cooperação será obrigatoriamente destacada a participação das partes convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

12.1 - O presente Convênio poderá ser rescindido ou denunciado, formal e expressamente, a qualquer momento, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

12.2 - Constitui motivo para rescisão deste Convênio o inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, particularmente, quando da constatação das seguintes condições:

I – Utilização dos recursos em desacordo com o seu objeto;

II – Falta de apresentação dos relatórios de execução e de prestação de contas nos prazos estabelecidos.

12.3 - Este Convênio também poderá ser rescindido, a critério da CONCEDENTE, por motivo de interesse público, caso sofra alguma restrição.





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro da cidade de JOAO PESSOA, estado da Paraíba, para dirimir quaisquer dúvidas, que decorrem da execução do presente instrumento, renunciando-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se o presente Termo em 03 (três) vias que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes Convenientes, e pela testemunhas abaixo.

João Pessoa, 21 de Junho de 2016.


ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS
Secretário de Estado da Educação


Lidianne de Lima Barbosa
Presidente do Conselho Escolar

TESTEMUNHAS:

- 1) Nome: Leomilda da Oliveira Menezes CPF 819.396.044-00
- 2) Nome: Darcene B. dos Santos CPF 042.579.394-00